

Serviço público

Serviço público, foi um nome que puseram em tempos as organizações criadas pelo Estado para o bom desempenho das suas funções sociais.

E estava certo. O Estado, existe, na verdade, para servir a Nação ou, se quisermos, para servir o povo que a constitui.

De facto, cada indivíduo tem um fim pessoal e independente. Como não o pode atingir por suas próprias forças, tende naturalmente a procurar o complemento de potencialidade que lhes falta na organização de sociedades. A família, a municipalidade, a corporação são para ele outros tantos arrimos indispensáveis para atingir os objectivos da sua mesma existência.

E à medida que as exigências do progresso se foram tornando mais instantes, pela mesma inata necessidade, foi alargando a organização social. Assim se formaram as nacionalidades e se tenta hoje encontrar uma fórmula viável de organização internacional.

Família, autarquias locais, organizações profissionais, Estados, Sociedade das Nações, bem como noutra esfera, sociedades desportivas, de cultura, de recreio ou instrução, bem como as sociedades religiosas, não têm outro fundamento que justifique a sua existência senão a de fornecer aos indivíduos meios mais eficazes de cada um atingir o seu fim pessoal.

O Estado organizou-se, portanto, para servir.

Mas então toda a sua grande máquina legislativa, executiva, judicial, policial, militar, burocrática, assistencial, foi bem designada pela expressão de «serviço público» ou serviço do público, que veem a ser uma e a mesma coisa.

O funcionário, por conseguinte e por definição, é um servidor. Um homem que se dedica ao maior bem dos seus concidadãos; um homem que faz doação da sua inteligência, do seu trabalho, da sua própria vida em benefício do bem comum, e não tem outra ambição que não seja a de promover, pelo seu sacrifício pessoal, o maior bem-estar colectivo e social.

Em recompensa desta doação total ao serviço alheio, a sociedade, digamos, o povo, estimula o seu trabalho, garantindo-lhe, por meio do governo, uma digna e honrada subsistência.

Olhado sob esta luz — que outra não se justifica — o serviço público constitui a mais nobre de todas as actividades civis, porque nela se realiza, como em nenhuma outra, aquele sublime ideal de servir e de fazer o bem.

Não enfileiramos, portanto, entre aqueles que não compreenderam aquela palavra de um recente relatório oficial que afirmava constituir uma hora ser funcionário público. Da mesma forma que nos sentimos no dever de prestar a nossa homenagem a aquele que, voluntariamente e por amor aos seus irmãos, queimou a sua vida fazendo o bem, ajudando a todos, aliviando as misérias, levantando os caídos, robustecendo os fracos, assim deveríamos honrar o funcionário público que, no serviço do bem comum, consumiu energias e descanso, cumprindo o seu dever de servir. A vida do funcionário não lhe pertence, a ele, mas à comunidade. E a comunidade tem o dever de o reconhecer.

Infelizmente, nem sempre o funcionário assim o entende.

Não se treme diante dum convite para ocupar uma determinada função no serviço público. Antes cada um se degladia na conquista do lugar, porque o consideram um benefício pessoal, uma boa forma de viver, quando não uma espécie de reforma ou de recompensa política. Busca-se o lugar para viver sem cuidados materiais. E nesta linha de procedimento, procura-se retirar dele o maior lucro possível. A preocupação do bem comum é assunto que não demora nem no pensamento nem na consciência. E nem sequer tem lá entrada a ideia de servir.

Quantas vezes o poyo não é mal recebido, quando procura o auxílio daqueles cuja única razão de existência das suas funções é exactamente a de o servir e molhór que puderem? Quantas vezes se transforma assim o serviço do povo, por ele mesmo pago para o servir, num gravame, quando não numa exploração do mesmo povo?

Torna-se isto muito mais grave ainda naqueles serviços que, sendo duplamente serviços, se montaram de maneira especial para auxílio dos necessitados, dos infelizes, dos que sofrem, sem se poderem bastar a si mesmos: Hospitais, organismos de beneficência, etc. A ideia de qu o lugar público — e até o particular — é um simples modo de melhor viver arrefrigou-se de tal maneira, que não têm

faltado aqui e ali casos lamentáveis dos que se não pejam em levar aquilo que ao socorro dos necessitados se destinava, em proveito individual. A sopa dos pobres é mal preparada porque os géneros não vão todos para as panelas, mas também para a dispensa dos empregados. Os auxílios não chegam para acudir a este ou aquele miserável porque o funcionário não cuida de evitar os gastos desnecessários ao bom desempenho das suas funções, antes passa parte do seu tempo a cogitar a maneira de retirar para si um lucro maior, e com a mais tranquila das consciências, emprega em uso pessoal ou dos amigos aquilo que lhe foi concedido para melhor servir o bem colectivo.

Muito se tem caminhado, por certo, nos últimos tempos no sentido de dar à função pública o seu verdadeiro sentido social. Mas o caminho para atingir o objectivo da sua instituição ainda está em grande parte por percorrer. Daí nasce no povo a aversão pela política e pelos políticos, quando afinal a política deveria ser a ciência de bem governar ou de bem servir, e os políticos os bons servidores dos seus irmãos.

E' lamentável no entanto que a reforma das mentalidades no sentido duma boa compreensão do bem comum e das responsabilidades que ele impõe em primeiro lugar aos que se encontram em qualquer lugar do serviço público, esteja sendo mais eficaz naqueles meios que não primam por arvorar a moral cristã — fundamento de toda a doutrina do bem comum — como norma do seu procedimento.

ABEL VARZIM

79h5.0h.29

120